

EMENDA Nº 119, DE 2023 – CJD COD CIVIL

Dê-se, à proposta nº 2 do Anexo do Parecer nº 1 – SUBCOMISSÃO DE PARTE GERAL, DA CJC COD CIVIL, a seguinte redação:

Art. 171. Além dos casos expressamente declarados na lei, é anulável o negócio jurídico:

.....

§1º. Ressalvados os direitos de terceiros de boa-fé, caso seja demonstrada a prévia existência de incapacidade relativa, poderão ser anulados por via processual própria os atos praticados antes de eventual sentença de interdição.

§2º. Não haverá anulação se ficar demonstrado que não era razoável exigir que a contraparte soubesse do estado de incapacidade relativa.

Redação originalmente proposta pela subcomissão:

Art. 171. Além dos casos expressamente declarados na lei, é anulável o negócio jurídico:

.....

Parágrafo único. Caso seja demonstrada a prévia existência de incapacidade relativa, poderão ser anulados os atos praticados antes de eventual sentença de interdição, por meio de via processual própria.

JUSTIFICAÇÃO

Sugerimos incluir a proteção à boa-fé, seja da contraparte, seja de terceiros. Com isso, equilibram-se a proteção dos relativamente incapazes, em especial das pessoas com deficiência mental, e a segurança do tráfego negocial.

Diante do exposto, peço o apoio dos nobres pares para a aprovação das presentes emendas.

Sala de Comissões, em 22 de dezembro de 2023.

JOSÉ FERNANDO SIMÃO